

IAOD do Deputado Zheng Anting em 17.12.2015

Macau encontra-se num período de ajustamento do seu desenvolvimento e reforma. Para se conseguir um desenvolvimento socioeconómico estável e contínuo, “o ponto fulcral depende dos talentos, e a base é a educação”. Assim, o Governo tem de definir rigorosamente os planos de desenvolvimento educativo a médio e longo prazos.

A educação é a pedra basilar do desenvolvimento do País e da prosperidade da Nação. O Governo da RAEM sabe qual é a importância disso, por isso defende o rumo “promover a prosperidade de Macau através da educação” e define o princípio básico para as acções governativas: “construir Macau através da formação de talentos”. Segundo a calendarização das principais acções governativas para 2016 da área dos Assuntos Sociais e Cultura, “serão utilizados 3-4 anos para acompanhar os trabalhos da definição dos planos de desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazos, e para os definir de forma adequada à realidade social e às necessidades de Macau”. Mas, na minha opinião, os trabalhos educativos alvo de planeamento não se limitam ao âmbito do ensino superior, pois é bastante importante ainda definir planos de desenvolvimento a médio e longo prazos para o ensino não superior, visto que os dois tipos de ensino têm carácter sucessório, por isso, devem ser planeados como um todo.

Na sessão de debate das LAG do passado dia 4, o Secretário Alexis Tam afirmou: “nos próximos 5 anos, o número de alunos graduados do ensino secundário complementar vai diminuir significativamente para 3500, em comparação com os 5323 do ano lectivo de 2013/2014, e o problema prende-se com a falta de alunos. Os 10 estabelecimentos do ensino superior de Macau não conseguem captar um número suficiente de alunos. Os cursos do ensino técnico-profissional e das áreas de contabilidade, *design* e finanças estão a debater-se com falta de alunos”. Alguns operadores deste sector, com base nos dados estatísticos anuais dos alunos dos ensinos infantil, primário e secundário, prevêem que, depois de 2021, o número de alunos graduados do ensino secundário complementar será inferior a 3000. Com a ampliação constante da dimensão das universidades, é premente resolver o problema da insuficiência de alunos e de desequilíbrio entre a oferta e a procura. O sector da educação presta especial atenção a este assunto e quer que o Governo encare este problema.

Na minha opinião, é necessário definir um plano que abranja o ensino superior e o ensino não superior. Tomando como referência o “Plano-quadro de médio e longo prazo do Estado para o desenvolvimento e reforma da educação (2010-2020)”, nele estão incluídos planos de desenvolvimento dos ensinos preparatório, não superior, superior, profissional e especial, e estratégias gerais do desenvolvimento educativo. O Governo deve adoptar o método de desenvolvimento e reforma da educação do Estado, para proceder à coordenação, definir planos de médio e longo prazos para o desenvolvimento do sistema

educativo, aperfeiçoar o sistema educativo e consolidar bases fortes para “Construir Macau através da formação de talentos”.

Obrigado, Sr. Presidente!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 17.12.2015

O Relatório das LAG para o Ano Financeiro de 2016 revelou que: *“No próximo ano, o Governo irá concluir a avaliação global do “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, para criar uma base institucional para desenvolver a actualização das remunerações por categorias, concretizando assim a política de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos de nível inferior e da linha de frente, no que concerne à melhoria, da forma mais ampla possível, das regalias dos trabalhadores dos serviços públicos de diversas categorias”*.

Segundo alguns peritos e académicos, a dedicação e os esforços envidados pelos funcionários públicos, de acordo com as categorias e as funções de cada um, são a base importante para o progresso do Governo da RAEM. Atendendo ao rápido desenvolvimento socioeconómico, apesar dos oito aumentos salariais para os funcionários públicos, após o retorno à Pátria, todos consistiram apenas num aumento uniforme, o que pode criar injustiças na determinação dos salários entre funcionários de cada categoria, afectando a vontade dos mesmos de serem promovidos, ou mesmo a reforma de todo o regime de carreiras.

Face aos problemas referidos, alguns cidadãos e académicos resolveram pronunciar-se. É que, fazendo uma comparação entre os mapas de índices previstos no Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e nas Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, no caso, por exemplo, dos chefes e dos técnicos superiores, o chefe de divisão é remunerado pelo índice 770, enquanto o técnico superior assessor principal pode ser remunerado por um índice entre 660 e 735, consoante os anos de serviço. Além disso, este pode ainda beneficiar do prémio de antiguidade e de compensação pelo trabalho extraordinário, enquanto o chefe de divisão, para além do prémio de antiguidade, não goza de outras compensações, o que é injusto. Mais ainda, os dirigentes e chefes têm de assumir volumosos trabalhos de gestão e tomar conta dos trabalhos dos subordinados, sujeitando-se a uma grande pressão. Acresce-se que precisam de trabalhar para além do horário normal, sem que sejam compensados pecuniariamente ou com dias de descanso, já para não falar das actividades públicas em que precisam de participar. Por isso, certos trabalhadores da função pública, os técnicos superiores, por exemplo, podem entrar e sair do serviço conforme o horário de trabalho, com uma pressão de trabalho relativamente baixa, e podem auferir um vencimento mais alto que alguns chefes, quando tiverem determinados anos de serviço. Perante o actual regime das carreiras, como é possível criar nos trabalhadores a vontade de se promoverem?

Pelo exposto, não deve a Administração proceder a uma revisão integral sobre a estrutura do regime de carreiras e as proporções entre os índices de cada categoria, alargando, adequadamente, a diferença dos índices entre o pessoal da direcção e chefia e o pessoal de alto nível, ou aumentar já os montantes dos subsídios destinados ao pessoal de direcção e chefia, avançando também com a revisão do vigente regime salarial da função pública, no sentido de tornar os

cargos de chefia mais atraentes para os subordinados? Para além disso, deve a Administração rever os regimes de recrutamento, selecção, promoção, formação, avaliação, prémio e sanção, e responsabilização, no sentido de, através da mais vasta vertente, elevar o moral dos funcionários públicos, melhorando assim a qualidade dos serviços públicos prestados pelos mesmos e contribuindo ainda mais para o progresso e a estabilidade de longo prazo da RAEM.

Por outro lado, recebi ontem uma queixa, referindo que as escadas rolantes no Posto das Portas do Cerco estão avariadas há vários dias, causando uma grande concentração de passageiros na entrada. Espero que a Administração resolva o problema quanto antes.

IAOD dos Deputados Chan Meng Kam e Song Pek Kei em 17.12.2015

Não pode se “brincar na areia” com a zona A dos novos aterros

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome da Deputada Song Pek Kei.

Registaram-se várias obstruções nas obras da zona A dos novos aterros. Em 2011, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) iniciou o primeiro concurso público, mas, como foi preciso alterar os critérios para a avaliação das propostas, foi retirado o concurso. Houve um novo concurso público em 10 de Julho de 2012, uma *joint venture* formada por uma empresa local e por duas da China ganhou o concurso pelo preço mínimo de 1876,8 mil milhões de patacas. Mas o período de construção era de 990 dias e, passado um ano e tal, não havia ainda obras de grande dimensão. Perante isto, questionei, através de uma intervenção antes da ordem do dia, em 23 de Abril do ano passado. Quanto aos atrasos das obras, o GDI respondeu, em 9 de Junho, que o construtor tinha prometido que ia trabalhar 24 horas por dia, para acompanhar o progresso das obras e concluí-las em 14 de Novembro do corrente ano, segundo o contrato. No entanto, em Junho deste ano, o Secretário Raimundo do Rosário afirmou que tinha havido problemas no fornecimento da areia e que não podia confirmar a data de conclusão das obras. Há dias, afirmou ainda que “até este minuto, não há notícias e informações sobre a data de reinício das obras, e também disse nas LAG que espera que haja areia no próximo ano”. Fazendo uma retrospectiva dos últimos anos, parece que os trabalhos de aterro da zona A estão a ser desenvolvidos como crianças a “brincar na areia”, mas uma obra tão importante como esta não deve ser assim.

Durante o debate das LAG, o referido Secretário afirmou: “o fornecimento de areia foi suspenso a partir do Ano Novo Chinês e até agora não temos areia”. Em 30 de Junho do corrente ano, o coordenador do GDI afirmou: “o nosso gabinete recebeu a notícia da falta de areia em Fevereiro do presente ano, mas só nestes dois a três meses é que o construtor relatou esse problema. Quanto ao motivo da falta de areia, serão divulgados os detalhes”. Desde que o GDI recebeu a informação da falta de areia até agora, já passou a data de conclusão estipulada no contrato, dez meses, e quais foram os trabalhos desenvolvidos pelo Governo e o GDI, uma vez que o Governo parece que “nada sabe” e estava numa situação passiva?

Sobre os atrasos, a população apenas sabe que se devem à falta de areia, conforme explicação do coordenador do GDI e do Secretário Raimundo do Rosário. Então, porque há falta? Será que se trata de um fenómeno que afecta todos, empresas e obras? Passaram-se dez meses. Ao que parece o Governo está ainda a

dormir. Se calhar a realidade é outra e quer ocultar a verdade, tentando camuflar as coisas.

Para o aterro da Zona A, é necessário importar da China 15 milhões de metros cúbicos de areia, aliás, o factor que ocupa 20% da classificação na avaliação das propostas por parte do GDI. Igualmente, é exigido na apresentação da proposta a junção de um plano de fornecimento de areia e a apensação de um certificado legal e válido, com o nome da empresa fornecedora, origem da areia e forma de transporte. De um modo geral, são vários os locais de extracção de areia e respectivas empresas fornecedoras. Em 2012, apresentou cada concorrente, aquando da apresentação da proposta, um certificado de fornecimento de areia distinto. Será que a falta de areia também acontece com as obras de aterro da Zona E1 em curso? É impossível haver falta de areia em toda a China, portanto, as razões podem ser apenas duas: uma tem a ver com o preço e a segunda com a não conformidade das empresas com as normas de extracção de areia.

Cumprir o contrato e honrar os compromissos são as regras do comércio, logo, “quem fez a cama que durma nela”. As obras de aterro da Zona A foram postas a concurso público pela segunda vez em 2012 e concorreram 6 empresas. O preço mais alto apresentado nas propostas ultrapassava os 2,8 mil milhões de patacas e quatro apresentaram um preço superior a 2,2 mil milhões de patacas, mas a que obteve a adjudicação apresentou apenas um preço de 1,876 mil milhões de patacas. É bom que as obras sejam executadas e bem a um baixo preço, só que, o que querem os concorrentes é obter a adjudicação por um baixo preço para posteriormente encontrar mil e uma formas para pedir mais, aliás, um fenómeno dominante nas obras públicas. O Governo deve evitar que alguém se “sirva disto como trunfo na negociação”, insistindo sempre naquilo que está contratualmente acordado, especialmente em termos de fiscalização do cumprimento da obrigação de fornecimento de areia, em prol dos interesses gerais de Macau e do direito à informação do público.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 17.12.2015

Após a transferência de soberania, terminaram várias concessões exclusivas de serviço público e, em princípio, através da competitividade do mercado e de uma fiscalização adequada, podia ter-se melhorado a sua qualidade e tornado o seu preço mais acessível, proporcionando mais escolhas à população. Mas, infelizmente, o Governo não planeou nem se preparou para promover essa competitividade, e a liberalização do referido serviço não vai produzir os devidos efeitos.

O serviço da rede fixa de telecomunicações é um exemplo evidente. Aquando da liberalização do serviço de internet e do mercado das telecomunicações móveis em 2001, havia cerca de 20 operadoras titulares de licença, mas, devido às elevadas taxas de utilização dos circuitos alugados, muitas outras operadores não conseguiram entrar no mercado.

Passados 10 anos, terminou a concessão exclusiva da rede fixa. Assim, novas operadoras poderiam entrar no mercado para promover a redução das referidas taxas, mas o Governo não preparou isso bem e só publicou o anúncio do concurso menos de 10 dias antes de expirar o prazo da concessão, demorando um ano e meio para emitir a nova licença. A partir de finais do ano passado, a nova operadora entrou em funcionamento, mas a sua cobertura ainda não é completa e, assim, essa competitividade ainda não produziu os devidos efeitos.

A Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT) reconheceu recentemente que, apesar de haver uma redução das taxas, esta ainda está muito aquém das expectativas dos residentes, e que vai continuar a fiscalizar as operadoras, esperando que, com a entrada em funcionamento da nova operadora, haja um maior espaço para a redução significativa dessas taxas.

É a nova operadora que instala a sua própria rede, o que salvaguarda a estabilidade dos serviços e a segurança da rede. Mas, devido às limitações do trânsito e do ambiente, é difícil num curto espaço de tempo realizar obras de escavação e instalação de redes em algumas vias. O Governo deve coordenar os trabalhos de aluguer temporário dos activos da Concessão pertencentes ao Governo e das condutas à nova operadora, para alcançar, quanto antes, uma plena cobertura da rede e impulsionar uma concorrência eficaz entre as operadoras da rede fixa. Mas o Governo não envidou esforços no impulsionamento, nem quis publicar a lista dos activos da Concessão. Mais, nada se sabe sobre o ponto de situação da execução do documento sobre as sugestões relativas ao acesso à rede da Concessão. A conclusão é: o prazo de exclusividade terminou há 4 anos, mas a maior parte dos cidadãos não tem outra opção senão utilizar a banda larga da rede fixa.

O contrato de concessão exclusiva dos serviços de televisão por subscrição expirou em Abril de 2014. O Governo renovou o contrato não exclusivo com a TV Cabo há mais de ano e meio. Alguns profissionais do sector pretendiam participar nos serviços de televisão por subscrição, mas o Governo não realizou concursos públicos para emitir novas licenças. Assim, tal como acontece com os serviços de rede fixa, os serviços de televisão por subscrição continuam a ser de “real exclusividade, falsa liberalização”!

Mais, também existem problemas nos contratos de concessão dos transportes públicos. Em 2008, caducaram os contratos de concessão de prestação de serviços das duas companhias de autocarros e o Governo renovou-os, provisoriamente, apenas por mais 2 anos e, depois, assinou um novo contrato de concessão com as novas companhias de autocarros. Em 2011, o contrato das licenças especiais de táxis caducou, e o Governo renovou por 3 vezes esse contrato, por curta duração, com a respectiva companhia de táxis e, por fim, esse contrato caducou no ano passado, por isso, este serviço de táxis já está suspenso há mais de 1 ano.

Estes exemplos reflectem que os contratos de concessão de serviço público não são satisfatórios, pois não conseguem promover a concorrência no mercado nem dar mais opções à população, deixando os serviços sem que alguém os preste. Pelo exposto, o Governo deve aprender com os erros do passado, planeando melhor o desenvolvimento dos serviços prestados ao público, assim como deve abrir concursos públicos antes de estes caducarem, e deve ainda estar preparado para emitir licenças às empresas que ganham os concursos, com vista a que estes serviços prestados ao público não sejam afectados nem atrasados devido à liberalização do mercado.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 17.12.2015

Com o desenvolvimento em flecha da sociedade nos últimos anos, houve um rápido crescimento demográfico. A área *per capita* diminuiu um terço em comparação com a última dezena de anos, por isso, os residentes sentem que os espaços estão cada vez mais congestionados. Coloane, enquanto pulmão de Macau, é um bom lugar para descansar e passar férias, mas surgiram vozes a exigir o seu desenvolvimento. Não há nenhuma acção nem resposta do Governo ou dos serviços de protecção ambiental no que respeita à protecção das zonas ecológicas de Coloane, o que deixa a população preocupada.

Nos últimos anos, não foram poucas as montanhas e zonas verdes alvo de desenvolvimento de projectos de construção, o que reduziu, significativamente, a área de zonas verdes com valor ecológico e destruiu muitas montanhas. Segundo os dados oficiais, em 2006, a percentagem de zonas verdes era de 19,9%, mas, segundo o «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)» da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), em 2009, a “taxa de espaços urbanos verdes” de Macau, em vez de reduzir, aumentou para 39,1%, e define-se uma meta de 45% para concretizar em 2020. Os residentes sentem que há uma grande divergência entre esses números e as zonas verdes existentes.

Esse número de zonas verdes aumentou significativamente, devido a uma alteração no padrão para cálculo da “taxa de espaços urbanos verdes”. Segundo o novo padrão, são consideradas zonas urbanas verdes as de lazer, de viveiro de plantas e protecção ecológica, e os espaços verdes em vias rodoviárias, portanto, as zonas de lazer, como a Praça do Tap Seac, são consideradas como áreas de zonas verdes e incluídas no cálculo das “taxas de cobertura de espaços e zonas verdes”.

Mesmo que o Governo realize projectos de desenvolvimento e de construção na montanha, a taxa de espaços urbanos verdes pode-se manter inalterada, desde que se efectue a arborização nos terraços ou se aumente a arborização tridimensional nos edifícios. No entanto, a taxa de espaços verdes com valores ecológicos e a taxa de arborização são conceitos diferentes. A fim de proteger o ambiente ecológico de Macau, é premente o Governo adoptar medidas para definir claramente a proporção da zona ecológica e a da área mínima de espaços verdes ecológicos.

Nas regiões vizinhas, os governos locais protegem rigorosamente o seu ambiente ecológico, incluindo a floresta e os parques. Hong Kong é conhecido comumente como uma “floresta de betão”, mas a área de parques representa 40% da sua área total. Mesmo com uma área pequena, Singapura reservou, pelo menos, 30% da área para floresta e espaços verdes e ecológicos. Caso se calcule apenas a taxa de arborização, a de Hong Kong e de Singapura é de 70%. Quanto à área de parques e espaços verdes que devem ser reservados, estas duas regiões dispõem de um planeamento claro e de legislação para a sua protecção.

A taxa de arborização urbana de Macau é superior a 40%, mas, após o rápido desenvolvimento dos últimos anos, a taxa de espaço urbano verde do ecossistema natural está a descer e não atinge 20%, sendo extremamente baixa. Para além de não se ter referido à respectiva legislação, o Governo nunca indicou qual a percentagem a reservar do ecossistema natural e do espaço urbano verde, assim, é evidente que existe insuficiência na sua política sobre a protecção ambiental e a conservação ecológica.

Em qualquer lugar, para evitar a destruição contínua do espaço ecológico original e a sua substituição por arborização urbana cujo valor ecológico é baixo, é necessário um limite máximo de desenvolvimento. Para tal, o Governo deve definir claramente a ocupação mínima dos espaços verdes, designadamente, indicar concretamente quais são as montanhas e os recursos da ecologia natural que não podem ser destruídos, para reservar uma área verde mínima em Macau e, especialmente, estabelecer um padrão para a conservação ambiental em Coloane, no sentido de deixar algo verde para a próxima geração.

**IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e Chui Sai Peng José
em 17.12.2015**

Planeamento dos recursos em prol da construção do Edifício do Governo

Durante o debate das LAG no mês passado, o Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, revelou que o orçamento para as rendas dos escritórios dos diversos serviços públicos aumentaria, no próximo ano, para mais de mil milhões, uma taxa de aumento de 40%. Como os espaços dos escritórios que pertencem ao Governo não dão resposta às necessidades reais, este não tem outra alternativa senão continuar a aguentar “rendas altíssimas”.

Todos sabemos que há falta de recursos de solos, entretanto, o Governo está a enfrentar vários problemas na tomada de decisões. São imensos os trabalhos ligados à construção e não é nada fácil proceder à distribuição desses terrenos, tendo em conta a importância e a urgência da sua utilização. Para além da necessidade de ponderar construir habitação pública, instalações educativas e médicas, instalações públicas de trânsito e parques de estacionamento, é também necessário construir edifícios para instalação permanente de serviços públicos. A estrutura industrial de Macau está em curso de ajustamento profundo. Independentemente de serem indústrias tradicionais ou emergentes, é necessário haver novos espaços e instalações em prol do seu desenvolvimento. A disponibilização de espaço favorável a exportação e importação, logística e armazenamento de mercadorias do sector de venda a retalho, da construção civil e da maquinaria, é indispensável para o desenvolvimento de Macau. Nos últimos anos, têm sido grandes as exigências da população em ter casa própria e quer que o Governo dê resposta, investindo recursos humanos e financeiros para construir habitação pública. Mas, só depois de ter ficado a saber que no próximo ano o orçamento com as rendas das instalações dos serviços públicos vai aumentar, é que a sociedade se apercebeu de que o Governo também enfrenta pressão com as rendas. Isto serve para estimular a sociedade a ponderar as decisões deste em relação aos recursos. A verba que o Governo despende é a riqueza criada pelos esforços conjuntos da sociedade.

Nestes últimos anos, a sociedade prestou, gradualmente, atenção ao arrendamento de prédios comerciais por parte dos serviços públicos. Devido à falta do poder de barganha, é necessário utilizar grande montante do erário público para pagar as rendas. Devido à descontinuação do arrendamento por parte do locador, muitos serviços públicos foram obrigados a mudar-se, o que resultou em despesas avultadas com a mudança e remodelação. De facto, alguns serviços públicos não se adequam a estar instalados em prédios comerciais, por exemplo, o Tribunal Judicial de Base na zona nuclear da Praia Grande faz perder a sua dignidade, a par da existência de incómodos e perigos decorrentes do transporte de arguidos. Por seu turno, como é grande a procura de escritórios em prédios comerciais por parte dos serviços públicos, isto resultou na manutenção das suas rendas altas, a par de provocar grande procura de lugares de estacionamento nas zonas envolvidas, o que tem impacto para os empresários e moradores. A população em geral entende que o Governo deve racionalizar o seu

uso do erário público. A forma como o_Governo vai reassumir o seu papel orientador no âmbito das despesas avultadas com as rendas representa um teste à capacidade governativa.

Do ponto de vista do planeamento, deve-se aproveitar, com cautela, cada parcela de terreno e há que identificar primeiro quantos terrenos estão disponíveis e a área destinada aos serviços públicos, prevendo ainda de forma pragmática a necessidade futura desses terrenos e a sua área. Depois de recolhidos os dados sobre as necessidades de espaço dos diversos serviços públicos, deve-se elaborar uma “lista de ordenação das necessidades” de acordo com as suas atribuições, procura real dos serviços prestados, distribuição dos recursos e nível de urgência da situação. Tudo isto serve para revelar, junto da sociedade, que não são só os residentes que precisam de habitação própria, pois os funcionários públicos também precisam de espaços próprios de trabalho. A sociedade apoia dar prioridade à elaboração de uma lista em prol da distribuição racional dos recursos, porque isto contribui para os serviços públicos procederem à libertação, de forma ordenada, dos escritórios e lugares de estacionamento em prédios comerciais das diversas zonas, incluindo a zona político-jurídica em construção, a favor da população. Acredito que a sociedade irá fazer um juízo mais racional quanto à afectação de terrenos para essas finalidades, o que contribuirá para uma maior credibilidade e eficiência administrativa do Governo. A longo prazo, essa medida contribui também para a poupança efectiva dos recursos financeiros públicos e para o uso adequado do erário público.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 17.12.2015

No relatório das LAG, o Chefe do Executivo referiu várias vezes que ia dinamizar a economia comunitária. Também, segundo a autoridade, vai ser criado, após reestruturação do Conselho para o Desenvolvimento Económico, um grupo de estudo para promover a economia comunitária. Segundo as explicações da mesma, a essência da economia comunitária é ajudar as antigas lojas tradicionais a obterem novas oportunidades de negócio. Porém, o “software” e o “hardware” nas zonas velhas são insuficientes, e isto são dificuldades e restrições para as pequenas e médias empresas (PME), portanto, em primeiro lugar, as autoridades têm de pensar em divulgar medidas para otimizar o ambiente de negócio e criar, através de cooperação interdepartamental, um ambiente peculiar de negócio, pois só neste sentido é possível promover um desenvolvimento ordenado.

Os grandes problemas que as PME nas zonas velhas estão a encarar são a insuficiência de recursos humanos e de infra-estruturas, as rendas elevadas, entre outros. Apesar de o Governo ter divulgado vários planos de apoio às PME, o certo é que estas empresas, segundo as individualidades do sector, não só necessitam de apoio pecuniário, mas também querem que as autoridades divulguem outras medidas concretas para ajudá-las a ultrapassar as referidas dificuldades.

Além disso, Macau é uma cidade de turismo internacional, portanto, os turistas são um dos elementos mais importantes para impulsionar a economia comunitária. Nos últimos anos, o número de turistas atingiu, anualmente, os 30 milhões, mas concentram-se apenas em determinados pontos da cidade, raramente visitando os bairros comunitários. Apesar de os Serviços de Turismo terem lançado, de forma sucessiva, percursos pedestres para atrair visitantes aos bairros comunitários, por falta de atractividade, não se obteve sucesso na triagem de turistas. Os bairros comunitários de Macau são também os lugares onde se cruza a cultura ocidental com a oriental e se sente um forte toque humano. Para além de aperfeiçoar o ambiente e de outras condições, podemos recorrer à cultura tradicional, por exemplo, desenvolver as lojas tradicionais peculiares e estudar itinerários turísticos para as necessidades de diferentes grupos, como namorados e famílias, ou caracterizados pela cultura criativa e gastronómica. Mais, com a devida propaganda, é possível atrair turistas aos bairros antigos e impulsionar a sua economia.

Actualmente, as instalações complementares nos bairros antigos, tais como, transportes públicos, estacionamento, zonas de lazer, etc., não satisfazem as necessidades dos moradores, e o “desenvolvimento da economia comunitária” depende de se conseguir atrair mais turistas. Ao ajudar os comerciantes destes bairros a procurarem oportunidades de negócio e ao atrair turistas, as autoridades devem também aperfeiçoar as instalações complementares e dos serviços de transporte, embelezar o ambiente e reforçar o trabalho, em conjugação do desenvolvimento do sector do turismo e da economia comunitária. Devem ainda revitalizar os bairros comunitários e criar valor económico, para os residentes poderem partilhar os frutos do desenvolvimento económico e para atingir, em

simultâneo, os objectivos de “criar uma cidade habitável” e de “aperfeiçoar o ambiente de negócios”.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 17.12.2015

De acordo com as estatísticas sobre a empregabilidade dos estudantes graduados deste ano, divulgadas pelo GAES, a educação é o sector que emprega mais recém-graduados, seguida pela banca, administração pública e jogo. A percentagem dos estudantes envolvidos no sector criativo e artístico reduz-se a 3,2%; e a percentagem dos que se dedicam a um negócio próprio é mais ínfima, 0,8% do total¹. Compreendo que os sectores basilares da economia de Macau necessitam de grande investimento em termos de recursos humanos e de nova força motriz, injectada com a participação de bons estudantes do ensino superior. Porém, face ao número reduzido de estudantes nos sectores que o Governo pretende promover, nomeadamente, o sector criativo e artístico, convenções e exposições e medicina tradicional chinesa, como é que o Governo pode diversificar adequadamente a economia e acabar com a predominância do jogo?

Actualmente, a maioria dos graduados procura emprego nos sectores mais compensadores em termos de remuneração e regalias, e torce o nariz àqueles que requerem mais investimento de tempo e que têm um ciclo de retorno mais longo. Isto faz surgir o desencontro entre a área de especialização e a de emprego, causando o desperdício dos recursos investidos pela sociedade e pelo Governo na formação de profissionais. É frequente a opinião geral considerar que uma profissão é melhor do que as outras, mas também é verdade que há exímios em qualquer ocupação e que não deve haver preconceitos relativamente às profissões. Trabalhar como caixa ou empregado de mesa num restaurante de *fast food* pode também ser vantajoso para o espírito de equipa e as técnicas de lidar com as pessoas. Por isso, a sociedade deve incentivar pessoas de diferentes classes sociais a fazer experiências, que têm de ser orientadas para um objectivo específico e corresponder à sua capacidade e interesse.

Para desenvolver uma economia diversificada, a par da sociedade ter de deixar de discriminar certas profissões, o Governo deve aperfeiçoar os trabalhos de formação e reserva de talentos. Embora os jovens possam escolher uma área do seu gosto no ensino superior, contudo, com o desenvolvimento em flecha da indústria do jogo, e como praticamente só temos esta indústria, dificilmente conseguem encontrar emprego na sua área de estudo, por isso só podem trabalhar nos sectores mais comuns, o que acarreta um círculo vicioso. Assim, sugiro que o Governo incentive as instituições de ensino superior a colaborarem com as empresas locais, com vista a formarem talentos que consigam desenvolver de forma sustentada a futura economia de Macau. Os cursos devem incidir na conjugação entre a teoria e a prática, com vista a que os estudantes possam ser encaminhados para as empresas da sua área de formação, para aprenderem, por um lado, a teoria e, por outro, adquirirem experiência em situação real de trabalho, e ainda conhecerem os rumos de desenvolvimento e funcionamento da respectiva indústria, diminuindo assim o tempo de adaptação

¹ Página web do GAES, acesso em 14 de Dezembro de 2015, http://www.gaes.gov.mo/hetdb/hr_supply_29_5.html

quando começarem a trabalhar na empresa, o que lhes vai permitir melhor exercer as suas funções, em prol do desenvolvimento do sector em causa.

Para além disso, deve-se, em tempo oportuno, introduzir a credenciação internacional de várias áreas de especialização e utilizar o respectivo reconhecimento mútuo de credenciação, para elevar as especialidades de cada área, e dar oportunidades aos trabalhadores qualificados de subirem na carreira, por forma a aumentar a confiança dos estudantes quanto ao seu futuro profissional. Com a conjugação entre a teoria e a prática nos estudos, e com a aceitação geral pela sociedade da introdução da credenciação internacional, será mais fácil atrair o regresso de talentos para Macau, e assim haverá mais espaço para o desenvolvimento da diversificação da economia.

IAOD de Ma Chi Seng em 17 de Dezembro de 2015

O caso *Pearl Horizon*, que já perdura há algum tempo, tem suscitado bastante polémica na sociedade. Entendemos que se deve recolher mais opiniões para encontrar uma solução melhor para o problema, com base no consenso social. Neste processo, temos que compreender a situação dos proprietários, que compraram as fracções com o seu próprio dinheiro, pelo que devem ser protegidos, dentro do princípio da legalidade. Mas como o arrendamento do terreno em causa vai já terminar daqui a uns dias, é cada vez mais difícil encontrar uma solução para a polémica, protegendo-se também os interesses dos proprietários.

O uso racional dos solos por parte do Governo é obviamente uma expectativa da comunidade, havendo também consenso social quanto à limitação, pela Lei de Terras, do poder do Governo em matéria de concessão de terrenos. Mas com as transformações sociais, algumas situações podem não se articular já com a lei. Assim, temos de encontrar, com base no actual sistema jurídico, as respectivas soluções. Mas quando o sistema actual não oferece soluções, então temos que rever, sob o espírito do Direito, a legislação vigente, no sentido de acelerar o aperfeiçoamento legislativo, em prol duma melhor governação, sob o primado da legalidade.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.12.2015

Macau, enquanto um dos locais com maior densidade populacional do mundo, tem uma área terrestre pequena e isto constitui uma restrição ao espaço para o desenvolvimento social. Muitos problemas sociais também se devem à escassez de recursos de solos. Assim, a área marítima é uma componente indispensável ao desenvolvimento sustentável de Macau. Ao longo de 100 anos, a área total aumentou constantemente através de aterros, mas, como não houve uma definição clara sobre as tradicionais áreas marítimas de Macau, é difícil o Governo impulsionar activamente o desenvolvimento.

Com o 16.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria a chegar, o Conselho de Estado, em reunião executiva, apreciou e aprovou o projecto do novo “Mapa da Divisão Administrativa da Região Administrativa Especial de Macau”, tendo-se definido, assim, as áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, o que reflecte o carinho e o apoio dados à RAEM pelo Governo Central. A definição das áreas marítimas não só vai contribuir para resolver as questões relacionadas com a vida da população, tais como, o controlo da poluição do Canal dos Patos, as inundações do Porto Interior e a execução da lei nas áreas marítimas, como também para proporcionar um espaço mais alargado para a diversificação adequada da economia de Macau.

Após a transferência de soberania, o sucesso mundial de Macau deve-se aos bons resultados das acções governativas e ao princípio “um país dois sistemas”. As delimitações marítimas demonstram a teoria inovadora e o sistema inovador deste princípio, e uma importante acção do Governo Central, para além da autorização da realização dos novos aterros e da construção do novo *campus* da Universidade de Macau, é apoiar Macau no seu desenvolvimento sustentável.

Com o rápido desenvolvimento ocorrido durante mais de dez anos, Macau está a iniciar uma nova era de desenvolvimento. Para se poder concretizar o posicionamento do desenvolvimento de “um centro, uma plataforma” e a estratégia de “uma rota, uma frota”, há que solucionar o problema fundamental da falta de recursos de terras que tem vindo a afectar o desenvolvimento de Macau. Foram agora confirmadas as delimitações marítimas, o que vai conseguir atribuir, para o futuro de Macau, vastos espaços de desenvolvimento e novas oportunidades, bem como permitir consolidar as próprias vantagens de Macau, clarificar o seu posicionamento e focar as estratégias do Estado, o que assume especial sentido para a diversificação económica e o aperfeiçoamento da vida da população.

Neste ano, o Governo definiu, pela primeira vez, o plano de desenvolvimento quinquenal, que será decerto enriquecido em termos de conteúdo e ideias para desenvolvimento, com a clarificação das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM. É responsabilidade e dever do Governo fazer bom aproveitamento e boa gestão

dos 85 km² de áreas marítimas. Assim, o Governo deve, primeiro, preparar a acoplagem entre a questão das áreas marítimas e a construção de «um centro e uma plataforma» e a estratégia de «uma faixa e uma rota», acelerando o processo legislativo dos respectivos regulamentos administrativos¹ e aperfeiçoando os regimes jurídicos sobre a jurisdição marítima. Além disso, baseando-se na cooperação regional, deve desenvolver a economia marítima e enriquecer as componentes turísticas ligadas ao mar. Deve aproveitar esta oportunidade de definição das áreas marítimas pelo Governo Central, reforçar a diversificação adequada da economia e a melhoria da qualidade de vida e promover o desenvolvimento dos outros sectores económicos, por forma a garantir a suave transição para uma nova fase de desenvolvimento sustentável e explorar novos caminhos para a prosperidade e a estabilidade duradoura da RAEM.

¹ De acordo com o comunicado do Governo, a «RAEM passa a ter sob a sua jurisdição 85Km² de áreas marítimas» (16 de Dezembro de 2015), e os 3 regulamentos administrativos são: sobre a passagem de embarcações e assuntos relativos ao pessoal de bordo, de gestão de deposição do material dragado no mar, e de alteração da Organização e Funcionamento da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.12.2015

Continuar a reforçar e a promover a igualdade de género em Macau

Neste ano, realizou-se a 20.^a Conferência Mundial sobre a Mulher. Na Conferência de há 20 anos, a ONU, através da aprovação da “Declaração e Plataforma de Acção de Pequim”, traçou um plano de igualdade de género para todo o mundo e, até hoje, o referido documento continua a orientar o impulso da igualdade de género e o desenvolvimento das mulheres. E, na Conferência deste ano, quanto à promoção da igualdade entre homens e mulheres e ao desenvolvimento global destas, o Presidente Xi Jinping preconizou quatro sugestões: impulsionar as mulheres a acompanhar o passo do desenvolvimento socioeconómico; tomar a iniciativa de proteger os seus direitos e interesses; empenhar-se em criar uma cultura social que contenha harmonia e tolerância, e criar um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento das mulheres. Depois, o Conselho de Estado promulgou um livro branco “sobre a igualdade de género e o desenvolvimento das mulheres”, que reflecte a importância dada pelo Estado aos assuntos das mulheres. Para concretizar a igualdade entre homens e mulheres, para além do reforço da colaboração social, há que implementar ainda políticas e definir leis para assegurar a concretização do respectivo princípio.

Fazendo uma retrospectiva, Macau trabalhou muito nos assuntos das mulheres, portanto, estas tinham muitas oportunidades de desenvolvimento e regalias justas e racionais. Contudo, na actual sociedade, continua a ser difícil a completa concretização do desenvolvimento da igualdade de género. As mulheres, ao participarem nos assuntos sociais, encontram ainda obstáculos, por exemplo, os papéis tradicionais que o homem e a mulher desempenham são estereotipados, a taxa de participação das mulheres nos assuntos sociais continua baixa e existem ainda os problemas, tais como: os casais empregados, a pressão das mulheres que trabalham, a violência familiar, etc. Para além disso, alguns relatórios demonstram que os cuidados prestados às famílias e aos filhos continuam, na sua maioria, a ser efectuados pelas mulheres. Em comparação com os outros trabalhadores, as mulheres que trabalham e que têm filhos menores dão menos importância ao desenvolvimento da sua carreira profissional, pelo que, directa ou indirectamente, os seus rendimentos são menores do que os do cônjuge. Isso demonstra falta de protecção dos direitos das trabalhadoras quanto ao equilíbrio entre a família e o trabalho.

Pelo exposto, sugiro que: 1) O Governo deve seguir os princípios definidos na “Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” e transformar os referidos princípios em leis locais que as protejam, nomeadamente, a proposta de lei de prevenção e correcção da violência doméstica, e alterar o capítulo dos crimes sexuais do Código Penal, bem como as Leis das relações de trabalho e a Lei de bases da política familiar. Há que acelerar a definição de leis e mecanismos de queixas para a protecção das mulheres contra actos de discriminação e assédio sexual no trabalho. 2) Promover a adopção de medidas pelos serviços competentes, para

diminuir o *stress* das mulheres, através, por exemplo, de políticas de conciliação trabalho-família, reforço dos serviços de creche e de apoio aos idosos, com vista a que as mulheres possam “dar o salto e saírem de casa”, e participarem na vida social. 3) Reforçar a sensibilização sobre o princípio da igualdade, alterando, gradualmente, os conceitos tradicionais quanto ao papel do homem e da mulher.

Nas LAG deste ano, o Governo referiu que ia elaborar o “Relatório Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau” e apresentar o plano de desenvolvimento, as metas, as estratégias e as medidas necessárias, favoráveis à participação das mulheres na sociedade e no desenvolvimento económico. Para responder às exigências decorrentes do referido livro branco, quanto à protecção jurídica e ao intercâmbio internacional das mulheres, nomeadamente, nas áreas de economia, educação, saúde, gestão, ambiente e igualdade de género, solicito ao Governo que apresse a conclusão daquele Relatório, defina planos de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento das mulheres e reforce a promoção da igualdade de género.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 17.12.2015

Clareza no caso do Pearl Horizon

Há dias, o Governo divulgou que, findo o prazo da concessão, iria declarar a caducidade da concessão do terreno do Pearl Horizon. Nestes dias, o Grupo Polytec reiterou, nas manchetes de quase todos os jornais locais, que a lentidão do Governo na aprovação das plantas foi a causa de o projecto não estar concluído até agora e realçou que vai interpor uma acção judicial junto do Tribunal Administrativo. Com este desenvolvimento, acredita-se que o processo judicial vai demorar um longo período. Porém, neste incidente, os pequenos proprietários são os mais inocentes, desamparados e vulneráveis, e os que não podem esperar.

Vários pequenos proprietários afirmaram que, segundo a memória descritiva da venda da altura, o Pearl Horizon deveria ter ficado concluído e distribuído no terceiro trimestre do corrente ano, mas no ano passado a Polytec mudou a data da distribuição das fracções para 2017, e neste ano mudou para 2018. Eles questionam o construtor, que bem sabia estar prestes a acabar o prazo de aproveitamento do terreno, mas continuou a fazer promessas e a demorar, sendo então uma burla. Eles nunca tinham imaginado que, mesmo pagando impostos e tendo pedido empréstimos, legalmente, podia surgir um problema tão grande como este.

Neste momento, estes pequenos proprietários caíram nesta “armadilha”, sem qualquer saída, e muitos deles têm grandes pressões no reforço da hipoteca e dívidas ao banco. Eles receiam que, se a Polytec perder a acção judicial, o Governo retome o terreno, e não têm capacidade financeira e tempo para enfrentar as grandes empresas. No caso de a Polytec entrar em falência, a poupança de várias gerações poderá tornar-se em nada e, no futuro, ficam sem habitação, sem dinheiro e com grandes dívidas. O incidente do Pearl Horizon envolve mais de 3 mil famílias e 10 mil residentes e, se a situação piorar, alguns pequenos proprietários não podem sobreviver, o que vai causar muitos problemas familiares e sociais.

Desde então, os promitentes-compradores têm vindo a manifestar, com racionalidade e segundo a lei, as suas solicitações, não poucas associações a empenhar-se activamente na construção de uma ponte de diálogo e o Governo a analisar a situação de uma forma inédita, através de três Secretários. Tudo no sentido de encontrar uma forma legal, razoável e justa para resolver o problema. O caso vai entrar muito em breve em processo judicial. Os promitentes-compradores fizeram tudo ao seu alcance e nada mais podiam fazer, senão esperar pelos resultados. Quando se sentiram perdidos, optaram por uma questão de confiança por ficar sob a protecção do Governo, portanto, para que tenham uma visão clara sobre aquilo com que podem contar, deve o Governo esclarecer quais os argumentos e as cláusulas especiais com que vai proteger os seus direitos e interesses.

Entendemos que se complementam, na solução a dar ao caso, o manter do

desenvolvimento estável da sociedade e o salvaguardar de uma forma efectiva os direitos legítimos dos promitentes-compradores. Muitos se compadecem com a situação dos promitentes-compradores. A compaixão da sociedade e a racionalidade dos promitentes-compradores é uma excelente tradição que temos herdado. Há que aproveitar, portanto, as oportunidades para encontrar uma solução para o problema.

Esperamos ainda que haja menos especulação e mais confiança na sociedade; menos força negativa e mais força positiva; e menos ataques e mais amor e entreaajuda. Os promitentes-compradores, o promotor e o Governo devem dialogar, aberta e francamente, e as diversas forças sociais devem continuar a desempenhar as suas funções e a dispensar o seu apoio. cremos que só assim é que se consegue encontrar uma solução.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.12.2015

Promover o hábito de leitura

A leitura é essencial para a construção duma sociedade vocacionada para a aprendizagem. Quer para os alunos quer para os residentes em geral, é indispensável “saber ler”, por forma a dominar as técnicas de aprendizagem através da leitura, com vista a uma aprendizagem permanente e a um desenvolvimento integral.

Para consolidar a vertente cultural de Macau, há que então criar um ambiente de leitura. Segundo um relatório de avaliação sobre a leitura dos alunos dos ensinos primário e secundário, a taxa de aprovação nos exames constantes dessa avaliação foi abaixo de 50%, e os resultados piores dizem sobretudo respeito à compreensão e às capacidades de reflexão e de crítica sobre o material de leitura. A DSEJ tem vindo a empenhar-se na promoção da leitura na internet, tendo destacado pessoal próprio para promover a leitura junto das escolas. No entanto, será que houve melhorias significativas quanto ao hábito e à qualidade da leitura? A resposta está por confirmar. Espero que a Administração defina, para os alunos, um conjunto de medidas de apoio à leitura, e ajude as escolas na fixação de estratégias específicas, com vista a criar uma cultura de leitura e a contemplar as necessidades dos alunos nas diferentes fases de crescimento, para além de acções de formação para docentes em matéria de promoção da leitura.

Em 2013, na China Continental, cada nacional adulto leu, em média, 4,77 livros, número esse muito inferior ao registado em muitos países e regiões. “A leitura para todos” foi incluída, em dois anos consecutivos, no “relatório de trabalho do Estado”, tendo em vista a generalização da leitura, com vista a elevar a qualidade dos nacionais e a capacidade do País, consolidando-o com a vertente cultural. Embora existam em Macau cerca de 300 bibliotecas, e não obstante os esforços do Governo na promoção da leitura no seio da comunidade, o hábito de leitura continua fraco, estando a qualidade da leitura ainda por melhorar. Sugiro ao Governo que inicie um estudo sobre a situação geral da leitura em Macau, definindo políticas de incentivo para elevar a qualidade geral da população. Ao mesmo tempo, como os pais não estão a prestar a devida atenção à leitura no seio da família, a Administração deve reforçar a divulgação da leitura como componente integrante do convívio familiar, podendo, para tal, promover o estabelecimento, em Macau, de grandes livrarias vindas de fora, e incentivar o uso maximizado das bibliotecas e dos centros comunitários.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 17.12.2015

Fazer boa gestão das áreas marítimas e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento

Ontem, o Conselho de Estado aprovou a clarificação dos 85 km² de áreas marítimas e as delimitações terrestres sob jurisdição da RAEM. Trata-se de uma solução e de um avanço significativo, passando da outrora administração conjunta, entre a RAEM e o Interior da China, das tradicionais áreas marítimas, para um modelo de administração unilateral pela RAEM. Ao mesmo tempo, vai garantir abundantes recursos marinhos, bem como uma base sólida para o desenvolvimento de aterros, economia marítima e turismo marítimo. Vai melhorar ainda o transporte marítimo e a prevenção de inundações.

Na minha opinião, a gestão das áreas marítimas deve corresponder à realidade e características de Macau. Apresento as seguintes sugestões:

1. Fazer boa gestão das áreas marítimas e aperfeiçoar a respectiva legislação: visto que não há pessoal, nem equipamentos ou experiência na gestão de grandes áreas marítimas, o Governo necessita de aperfeiçoar a respectiva legislação, por forma a clarificar e pormenorizar as responsabilidades quanto à jurisdição e vigilância marítimas e ao combate à imigração clandestina, evitando assim um aumento da criminalidade devido ao alargamento das áreas marítimas.

2. Criar a imagem de cidade costeira e promover o turismo: tendo em consideração a localização privilegiada junto ao mar, deve-se melhorar e reforçar as componentes turísticas ligadas ao mar. Pode-se ter como referência algumas cidades turísticas no estrangeiro e criar uma imagem costeira característica, aperfeiçoando as respectivas infra-estruturas marítimas e costeiras. Ao mesmo tempo, deve-se proceder ao ordenamento do Canal dos Patos, de modo a enriquecer as características e os recursos turísticos, e promover a construção do centro mundial de turismo e lazer.

3. A utilização de terrenos deve coadunar-se com o planeamento urbanístico, numa macro perspectiva: o aterro pode aliviar a escassez de recursos de solos, e a fixação das áreas marítimas constitui um alicerce em prol do planeamento dos futuros aterros. É necessário pedir, junto do Governo Central, para efectuar aterros. No futuro, a realização de aterros deve coadunar-se com o planeamento geral urbanístico. Agora, são grandes as exigências quanto à construção de habitação pública nos novos aterros, mas isto tem implicações com vários factores, como os económicos, de protecção ambiental, de transportes marítimos. O Governo deve ter em conta o planeamento geral urbanístico, ponderando as necessidades ao nível de terrenos na perspectiva do desenvolvimento socioeconómico de Macau, por exemplo, as grandes infra-estruturas e o espaço para armazenamento de combustíveis. Para salvaguardar o desenvolvimento sustentável de Macau, é necessário um planeamento geral urbanístico ao nível

das áreas marítimas e dos terrenos, bem como a realização de uma consulta pública em prol da distribuição racional dos terrenos, atendendo às suas funções sociais.

Segundo o que referiu ontem o Chefe do Executivo, já se chegou a um amplo consenso na sociedade sobre a necessidade de acelerar o desenvolvimento da diversificação moderada da economia, e a fixação das áreas marítimas por parte do Governo Central irá trazer grande apoio para a promoção do referido desenvolvimento. A gestão e o aproveitamento das áreas marítimas devem ser feitos através de um planeamento científico, ponderações inovadoras e respectiva organização ao nível da economia marítima, da coordenação das áreas marítimas e terrestres, e da integração inter-regional, para promover o desenvolvimento da diversificação moderada da economia e melhorar o bem-estar da RAEM. Isto depende dos esforços conjuntos da sociedade e do Governo, e só assim é que vai haver grande sucesso e se vai concretizar o desejo do Governo Central de apoiar o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 17.12.2015

Responsabilidade e acção

Assinala-se o aniversário da RAEM neste domingo. Depois de 16 anos de célere crescimento, a economia de Macau encontra-se a atravessar uma fase de ajustamento, com queda das receitas do jogo por 18 meses consecutivos e diminuição do PIB dos primeiros três trimestres de 2015 em 25%. Face às dificuldades no desenvolvimento económico, o Governo Central vai lançar, mais uma vez, políticas de apoio. Ontem o Conselho de Estado aprovou a clarificação dos 85 km² de áreas marítimas e as delimitações terrestres sob jurisdição da RAEM. Além disso, conforme avançou Li Gang, director do Gabinete de Ligação do Governo Central em Macau, o Governo Central criou um departamento próprio para apoiar a economia de Macau, que vai lançar uma série de políticas favoráveis à RAEM. Na minha opinião, trata-se de condições externas favoráveis e de uma nova oportunidade preciosa que o Governo Central criou para Macau, para além do estabelecimento da zona de comércio livre e da estratégia «uma faixa, uma rota». Não há dúvidas de que serão políticas eficazes, uma vez que foram delineadas especificamente para Macau.

Nos últimos 16 anos, a prática de «Macau governado pelas suas gentes» permitiu acumular experiência na governação e fortes reservas financeiras. Também nos fez entender, numa situação de mudanças socioeconómicas, as dificuldades governativas actuais, a saber: a necessidade de melhoria da capacidade de administração pública; a falta de medidas eficazes para a concretização do posicionamento de «3 centros e 1 plataforma» e da diversificação adequada da economia; e a falta de medidas em termos da execução dos 5 «mecanismos eficientes de longo prazo» ao nível da vida da população. É verdade que agir é mais difícil do que saber, mas, para garantir um desenvolvimento socioeconómico sustentável, estas dificuldades têm de ser ultrapassadas. Actualmente, contamos não só com as políticas de apoio do Governo Central e oportunidades externas únicas, mas também com mais de 430 mil milhões de patacas em reservas financeiras e 140 mil milhões de patacas em reservas cambiais, frutos do trabalho nos 16 anos. Estas são condições favoráveis ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população de Macau.

Com o apoio pró-activo do Governo Central, face ao ajustamento económico, o Governo da RAEM, e especialmente os respectivos departamentos administrativos, devem trabalhar com dinamismo e autoconfiança e aumentar o sentido de responsabilidade, por forma a encontrar e aplicar medidas para solucionar as dificuldades governativas. Devem também evitar a inércia e a dependência das reservas financeiras, e transformar as oportunidades externas em força motriz, através de iniciativas próprias. Tendo em consideração as LAG apresentadas pelos dirigentes do Governo há pouco tempo, espero que futuramente na governação sejam palavras de ordem «responsabilidade» e «acção», e que o Governo fale menos e faça mais, a fim de pôr em prática os objectivos da acção governativa.

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 17.12.2015

Desfile por Macau, Cidade Latina

Muitos cidadãos e turistas assistiram ao Desfile por Macau, Cidade Latina, realizado no passado dia 6, que contou com a participação de 63 grupos performativos.

O Governo pretende, com a realização do referido evento, elevar a visibilidade e competitividade de Macau, bem como promover o seu sector das artes e cultura, o que é muito bem aceite pela população.

Porém, pelo facto de terem sido menos os grupos participantes vindos da América Latina, os cidadãos e turistas entendem que o último desfile perdeu o seu estilo original e parecia um mero desfile das artes e cultura locais.

Isto não é para dizer que as artes e a cultura de Macau não são atractivas, aliás, o que está em causa é o tema em si, ou seja, um desfile relativo a uma cidade latina. Espero que o Governo convide mais grupos da América Latina para o desfile do próximo ano, de maneira que os cidadãos e os turistas possam sentir o estilo das artes e da cultura daquela parte do mundo.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.12.2015

O Governo manifestou que necessitam de acompanhamento os casos de restituição de terrenos em dívida através da troca de terrenos e que para esse efeito já não existe nenhum terreno na península de Macau e nas ilhas. Assim, será que o Governo vai recorrer aos novos aterros urbanos para essa restituição? É uma questão que merece a nossa atenção.

É evidente que o Governo encomendou estudos a instituições académicas sobre a política «terra de Macau destinada a residentes de Macau». Mas, naquela altura, dado o atraso no projecto dos novos aterros urbanos, essas instituições só investigaram as vantagens e desvantagens da política de forma genérica, e não tiveram em consideração os novos aterros e a viabilidade de «novos aterros urbanos de Macau destinados a residentes de Macau». O estudo realizado pela Universidade de Macau, dissociado dos novos aterros urbanos, limitou-se a propor algumas tipologias de fracções de acordo com a política «terra de Macau destinada a residentes de Macau». Baseada neste estudo, a consulta pública do Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau gerou suspeitas sobre a possibilidade de reduzir os terrenos para habitação económica, dada a incerteza quanto aos recursos de terras, e acabou por ser inconclusiva.

Agora que estão a apressar as obras dos novos aterros urbanos, atrasados já há vários anos, é possível fazer um planeamento mais global e o Governo deve definir, quanto antes, nestas zonas, a oferta de terrenos reservados aos residentes de Macau, esclarecendo quais são os lotes destes 730 hectares destinados a fins habitacionais. Só assim é que se poderá garantir as 54 000 fracções no âmbito do mecanismo eficiente de longo prazo para a aquisição de imóveis para habitação por residentes de Macau, melhorando a sua situação habitacional. Garantirá ainda terrenos para a construção das 28 000 fracções de habitação económica e social, e, ao mesmo tempo, permitirá explorar nos restantes terrenos novas tipologias de habitação e o mercado de habitação privada, respondendo às necessidades habitacionais dos residentes. A fim de garantir justiça aos residentes de Macau na aquisição de bens imóveis nos novos aterros urbanos e prevenir especulações, o Governo deve ainda definir, quanto antes, requisitos mais exigentes, permitindo a compra de apartamento nestas zonas apenas aos residentes permanentes que não têm mais de uma propriedade.

O Chefe do Executivo reiterou, em várias ocasiões na AL, que ainda não autorizou a concessão de nenhum lote nos novos aterros urbanos. Venho de novo solicitar ao Chefe do Executivo que garanta o uso destes terrenos para os residentes de Macau e melhore a sua situação habitacional. No futuro, qualquer restituição de terrenos em dívida relacionada com os novos aterros deve obrigatoriamente obedecer ao princípio de «terra de Macau destinada a residentes de Macau».

IAOD do Deputado Au Kam San em 17.12.2015

Quais foram os critérios para incumbir a outrem o investimento dos saldos financeiros públicos da RAEM? Vai ser fixado um limite para o défice?

O Governo da RAEM vai recorrer à reserva financeira e depender da colaboração com o Banco de Desenvolvimento da China para participar nos investimentos e construções decorrentes da estratégia “uma faixa, uma rota”. O Governo afirmou que este modo de depender de outrem para investir é “seguro e eficaz”. É de crer que quem sabe investir vai ficar espantado com esta forma de investimento, cujo valor ultrapassará uma centena de milhões.

“Uma faixa, uma rota”, a designação abreviada de “Faixa Económica da Rota da Seda” e de “Rota Marítima da Seda para o Século XXI”, é proposta pelo Governo da China em prol da construção de uma plataforma de desenvolvimento por via das relações multilaterais. Para o Governo Central, trata-se de uma estratégia de investimento. Mas muitas destas regiões envolvidas estão em desenvolvimento, e não desenvolvidas, por isso, o perigo de efectuar investimentos nelas é grande.

Para o Governo Central, a promoção desta política tem por objectivo aumentar o impacto político da China nas regiões envolvidas, sendo assim maior o impacto geográfico do que o efeito económico desta política. Na realidade, o apoio dado pelo Governo Central às regiões não desenvolvidas, por exemplo, aos países africanos, prendeu-se com as necessidades políticas, ao invés da rentabilidade económica. A implementação da estratégia “uma faixa, uma rota” contribuirá para responder às necessidades das regiões não desenvolvidas, no âmbito de matéria-prima, e resolver a questão do excesso de capacidade produtiva da China. O mais importante é que a China pode recorrer a expensas avultadas para reforçar o seu impacto político. Qual será o papel que Macau pode assumir nesta matéria? Será que Macau vai também efectuar despesas avultadas?

Geograficamente, Macau fica longe de “uma faixa e uma rota”. Macau pode ser abrangida, ainda, pela “Rota Marítima da Seda para o Século XXI”, mas não tem nada a ver com a “Faixa Económica da Rota da Seda”. Enquanto porto franco, Macau detém certas vantagens ao nível da promoção do comércio e edificação decorrente da implementação da estratégia “uma faixa, uma rota”. Caso seja construída uma plataforma da logística em prol do intercâmbio entre a China e os diversos países da rota marítima da seda, e Macau consiga beneficiar desta construção, talvez se trate isto de uma oportunidade comercial para Macau.

Mas o Governo da RAEM interpreta o conceito de “uma faixa, uma rota” como o investimento realizado pelo Banco do Desenvolvimento da China, ou pelas províncias de Cantão e Fujian, e isso pode ser interpretado como “um invisual a cavalgar um cavalo cego”. Para a população, o saldo orçamental de Macau de 400 mil milhões de patacas parece muito elevado, mas corresponde apenas a 50 mil milhões de dólares americanos, por isso não há condições para arriscar.

Porém, o Governo considera “seguro e eficiente” esse investimento de alto risco. Afinal, isso é porque o Governo Central deu a garantia de que não vai haver prejuízo, ou porque existe alguma razão desconhecida do público?

Mais, considerando a baixa rentabilidade das aplicações, não obstante o número de gestores de fundos contratados para o investimento, nos inícios deste ano, o Governo anunciou que ia recorrer ao Banco do Desenvolvimento da China e à província de Cantão para investir os saldos das finanças públicas de Macau. O montante desses investimentos não foi revelado, e as autoridades afirmaram apenas que rondava os dez ou vinte mil milhões de patacas, na primeira fase. Agora, nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, além do Banco do Desenvolvimento da China e da província de Cantão, surge também a província de Fujian para apoiar Macau nesse investimento.

Afinal, existe algum limite máximo para o montante desses investimentos? No início, o Governo dizia que era apenas de dez ou vinte mil milhões de patacas, mas, a seguir, quanto é que será esse montante? Existe algum limite máximo? Qual é o nível de participação e o poder decisório de Macau nessas aplicações financeiras? Existe algum limite máximo nos montantes desse investimento efectuado em representação de Macau? Foi fixada alguma *cut loss line* para evitar uma perda eventual do capital do saldo das finanças públicas de Macau?